

## Algumas razões para aumentar os impostos sobre cigarros no Brasil

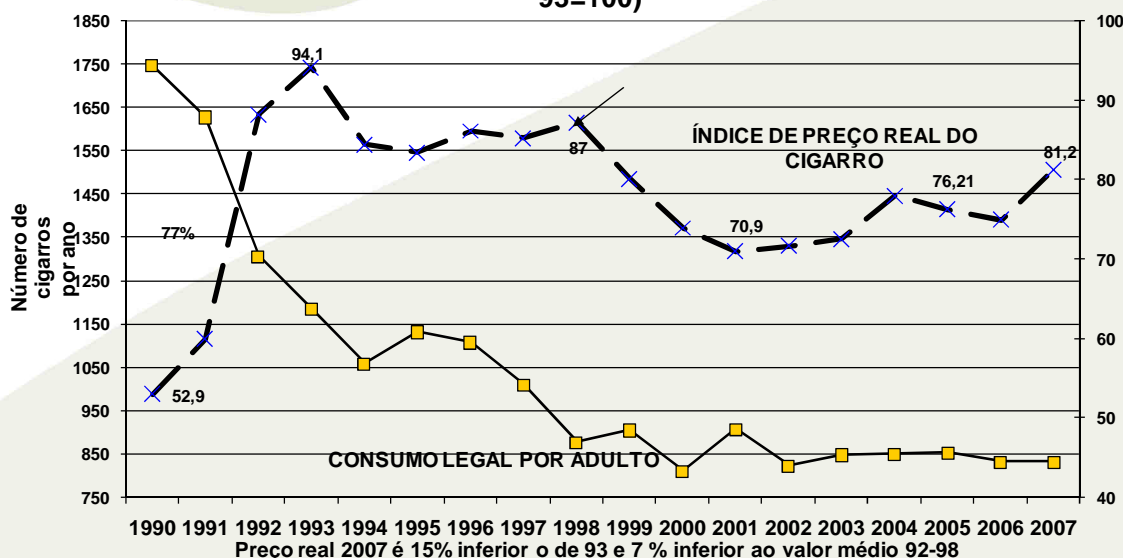
Por Roberto Iglesias, economista, consultor da ACT

1. **O aumento das alíquotas de impostos sobre o cigarro gera alta do seu preço. Aumento do preço do cigarro é uma das maneiras mais efetivas de reduzir o consumo por adulto deste produto.**

O Gráfico 1 mostra o consumo por adulto de cigarros legais ou que pagaram impostos (em unidades por ano) e o índice de preço real do cigarro<sup>1</sup>. A alta do preço real do cigarro no início dos anos 90, isto é, o aumento do preço do cigarro acima da inflação, permitiu redução significativa do consumo legal por adulto, de 1750 cigarros/ano, em 1990, para quase 850 cigarros/ano em 1998.

Gráfico 1

### Consumo legal (unidades) e índice de preço real do cigarro (Dez 93=100)



Fonte: Controle do Tabagismo no Brasil – Banco Mundial

Nesta década e até 2006, houve uma redução da proporção de impostos indiretos no maço do cigarro e, por isso, o preço real caiu 25% em relação ao máximo de 1993, e manteve-se abaixo do valor médio do período 1992-98, perdendo-se uma oportunidade de continuar reduzindo o consumo legal por adulto no Brasil.

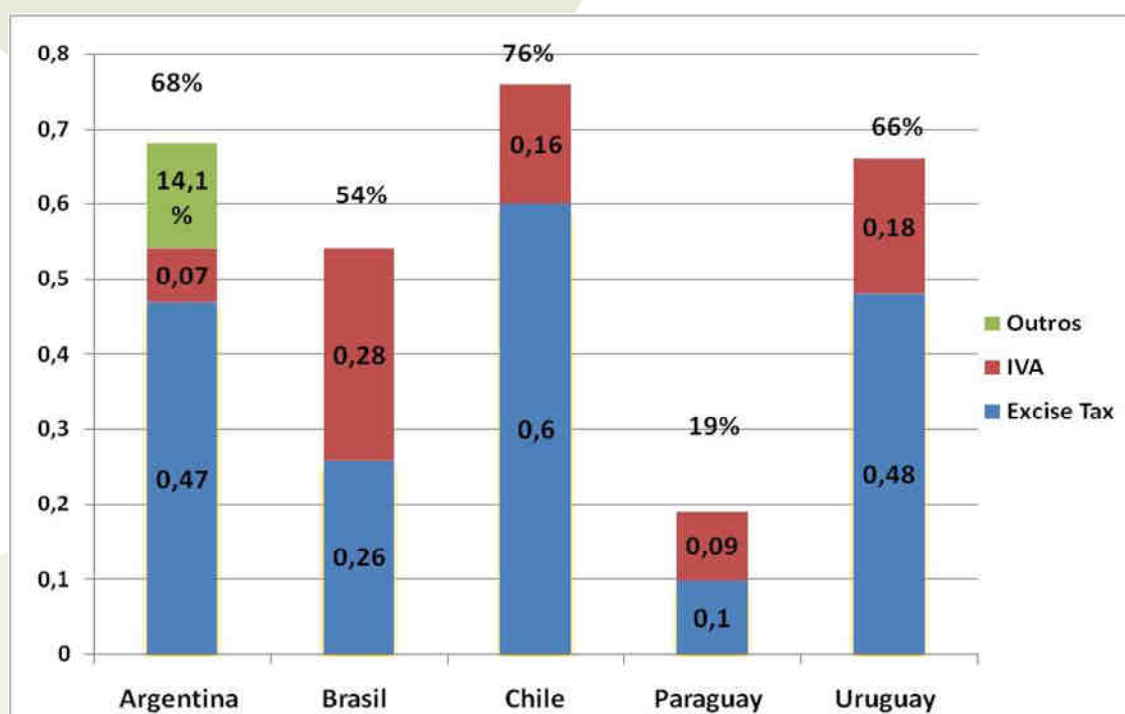
Apesar do estímulo ao consumo pela queda do preço real do cigarro, houve estabilidade no consumo por adulto, como resultado da implementação e maturação de medidas de controle do tabagismo.

<sup>1</sup> O índice de preço real de qualquer produto é a comparação do preço do produto com um índice geral de preços. No caso do cigarro, trata-se do valor nominal de um grupo de cigarros, utilizado pelo IBGE para o cálculo do índice de preços ao consumidor –IPCA, dividido por esse mesmo índice. O IPCA mede o valor da cesta de consumo de bens e serviços de uma ampla parcela da população brasileira.

**2. A proporção de impostos indiretos no preço final do cigarro no Brasil está abaixo de países com renda per capita e características semelhantes.**

A segunda razão para aumentar a proporção de impostos indiretos (como ICMS, imposto seletivo e outros) no preço final do cigarro é que essa proporção na marca mais vendida no Brasil estava abaixo dos níveis praticados nos cigarros mais vendidos na Argentina, no Chile e no Uruguai, como pode ser observado no Gráfico 2.

**Gráfico 2**  
**Proporção de impostos indiretos no preço final do cigarro mais vendido (%)**  
**Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai/ Ano 2008**



Fonte: Elaboração sobre dados da Organização Mundial da Saúde

O aumento recente do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) – Cigarros de 23,5% e do PIS/COFINS que foi proposta na MP 460/2009 elevariam a carga tributária do Derby, o cigarro mais vendido no país, em um pouco mais de 5 pontos percentuais, levando a proporção de impostos indiretos no Brasil a 60% do preço do cigarro, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1**  
**Proporção de IPI- Cigarro e PIS/COFINS no preço do Derby**  
**Antes e depois do aumento de impostos recente**

|       | Situação em Março de 2009 |            |               |                |                            |                            | Situação com os aumentos de impostos e o novo preço |            |               |                |                           |                            |
|-------|---------------------------|------------|---------------|----------------|----------------------------|----------------------------|---|------------|---------------|----------------|---------------------------|----------------------------|
|       | IPI                       | PIS_COFINS | Preço (Reais) | IPI /preço (%) | IPI+ PIS_COFINS (em Reais) | IPI+ PIS_COFINS/ Preço (%) | IPI   | PIS_COFINS | Preço (Reais) | IPI /preço (%) | IPI+PIS_COFINS (em Reais) | IPI + PIS_COFINS/Preço (%) |
| Derby | 0,619                     | 0,159      | 2,5           | 24,76          | 0,778                      | 31,12                      | 0,764   | 0,329      | 3             | 25,48          | 1,094                     | 36,45                      |

Fonte: Elaboração própria a partir da legislação e o preço do mercado do Derby

Mesmo após o recente aumento, a proporção de impostos indiretos no Brasil **continuará abaixo dos países vizinhos**. Isto significa que:

- O Brasil não está aproveitando toda a potencialidade da base tributável que o cigarro oferece (perdendo com isto possibilidades de arrecadação) e
  - O país está perdendo a oportunidade de utilizar um instrumento eficaz no controle da epidemia do tabagismo e, com isso, evitar a carga futura de morbidade e mortalidade que está se gestando com as políticas de impostos e preços baixos.
- 3. A renda da população brasileira cresceu muito nos últimos anos e com isso o poder aquisitivo dessa renda em termos de cigarros.**

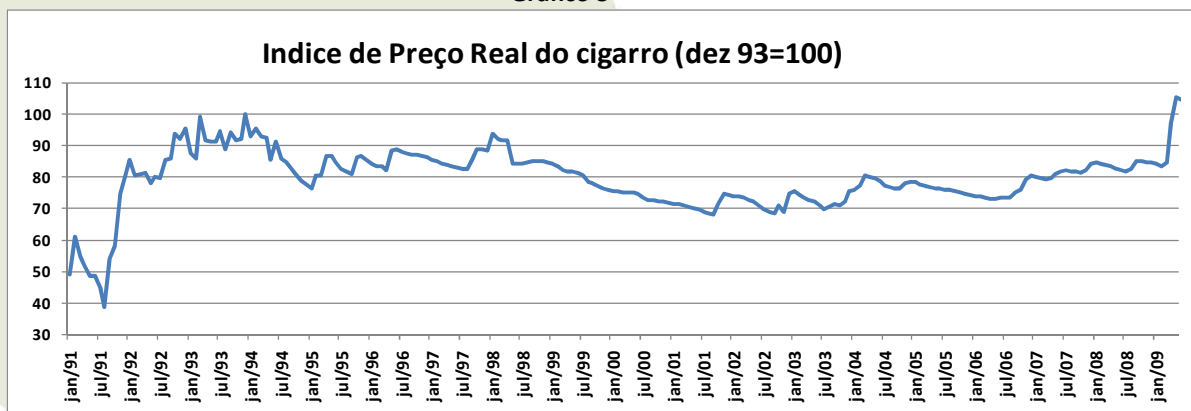
A renda real da população brasileira cresceu muito nos últimos anos, enquanto o preço real do cigarro permaneceu em um patamar baixo.

Por exemplo, entre junho de 1999 e dezembro de 2006, o salário mínimo cresceu 230%, enquanto a inflação foi de 73%, ou seja, houve um ganho real de 91% no salário mínimo. Nesse período em que o salário mínimo real praticamente se duplicou, o preço real do cigarro manteve-se constante<sup>2</sup>.

Após as positivas decisões recentes de aumentos do IPI e do PIS/COFINS, o preço do cigarro aumentou acima da inflação, entre fevereiro e maio, voltando a patamares reais da década de noventa. Este fato positivo se reflete no Gráfico 3, que mostra a evolução do preço real de cigarro mensalmente desde 1991.

<sup>2</sup> No período, o preço real do cigarro foi também 25% inferior ao máximo de 1993 e 14% inferior ao preço real médio de janeiro de 1992 até maio de 1999. Ou seja, o preço real na primeira metade desta década foi muito inferior a qualquer comparação com a década anterior.

Gráfico 3



Fonte: Preço nominal do cigarro: cesta de cigarros do índice de preço do IBGE e IPCA.

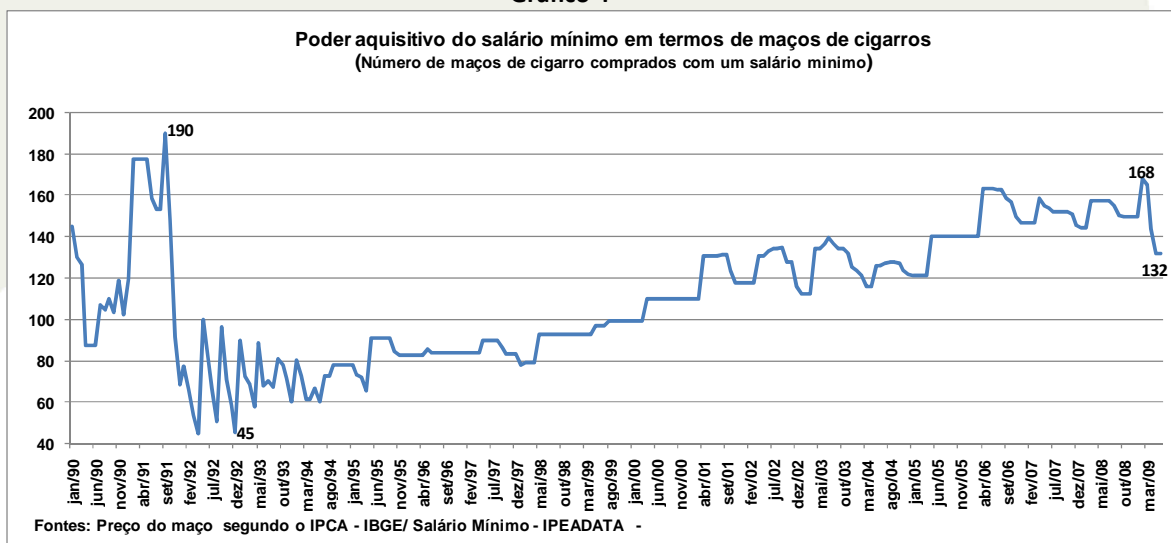
Mas este aumento não é suficiente, porque a renda real do brasileiro cresceu muito mais que o preço real do cigarro entre 1999 e 2009.

Esta é a terceira razão para pedir um aumento adicional de impostos.

Esses ganhos de renda real certamente ajudaram a manter o consumo legal por adulto, apesar das campanhas e a maior informação sobre os malefícios do cigarro. Devemos recordar que consumo constante por adulto significa consumo total de cigarros crescente, já que o número de adultos está crescendo no país.

A saúde pública brasileira necessita de um preço real ainda maior ou, alternativamente, um poder aquisitivo da renda menor em termos de cigarros que o observado nos últimos anos. Para esclarecer esta questão, o Gráfico 4 mostra a quantidade de maços que o salário mínimo pode comprar em um mês. Entre 1999 e 2009, o poder aquisitivo cresceu cerca de 60%, indo de aproximadamente 100 maços por mês para 160 maços.

Gráfico 4



Após todos os aumentos recentes, o salário mínimo ainda pode comprar 132 maços por mês, aproximadamente 30% mais do que em 1999.

É necessário um aumento adicional? Por exemplo, um aumento do PIS/COFINS sobre o cigarro, como o proposto no PLS 314/208, significaria mais 5 pontos percentuais sobre a proposta do Poder Executivo contida na MP460/2009.

Se fosse aprovada uma alíquota do PIS/COFINS de 16% sobre o preço final do cigarro, este produto poderia aumentar entre 5% e 10%, deixando aos trabalhadores ainda com a possibilidade de comprar entre 120 e 130 maços com um salário mínimo.

#### **4. O preço do cigarro brasileiro está caro para a renda da população brasileira?**

- Recentemente, foi divulgado que o preço de cigarro brasileiro está alto. "Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, até abril o Brasil era o sexto no ranking dos 22 países onde os cigarros são os mais caros. Agora ocupa a terceira posição".
- O estudo em questão foi feito em 2008, com dados de 2007, e neste ranking, o Brasil estava na 11ª posição. A metodologia baseia-se na proporção do PIB per capita gasto na compra de cem maços.
- Onde está o PIB per capita dos países em 2009? Não existe, pois estamos em julho. A FGV fez um levantamento atualizado dos preços dos 22 países? Se for assim, onde está? Comparou dados de 2008 de PIB per capita e preços do mundo de 2008 com dados de 2009 de cigarros brasileiros? Isso não é correto.
- O cigarro brasileiro não é um dos mais caros do mundo. Este estudo mostra que não é para quem ganha salário mínimo porque o salário mínimo cresceu em termos de maços que podem ser comprados.

#### **5. A verdade sobre dois medos que inibem aumento de impostos**

##### **a) Sobre a inflação**

Existe preocupação de que os fortes aumentos dos preços de cigarros terminem impactando a inflação.

Entre 1999 e 2009, o cigarro foi no Brasil um fator de estabilização e de redução de preços, porque aumentou menos que o índice de preços ao consumidor. Agora, entre abril e maio, houve um processo de aumento de seu valor relativo e isso impactou pontualmente na inflação, mas esse processo já se esgotou.

Não há motivo de preocupação. O Brasil tem uma economia de inflação baixa e, portanto, não existem mecanismos de indexação que transmitam esse e outros choques ao conjunto de preços da economia. Adicionalmente, o cigarro não é um insumo de uso generalizado no processo produtivo.

A política monetária brasileira controla a taxa de inflação e não permitirá que se gere uma espiral de preços a partir dos aumentos de preços de cigarros. A política monetária fará com que o choque

# FATOS EM DESTAQUE



produzido pelo aumento do cigarro seja acomodado com aumentos menores de preços de outros produtos.

## **b) Sobre o contrabando**

Existe a convicção que toda e qualquer alta de imposto sobre o cigarro aumenta o contrabando e, por isso, se pretende combater o contrabando evitando alta de impostos.

Quando o contrabando de cigarros está instalado no país, como no caso do Brasil, não se reduz seu tamanho com menos impostos e sim com maior repressão, mais inteligência policial e melhor aplicação da lei. Devemos pensar como superar as debilidades de nossas instituições jurídicas e policiais no combate ao contrabando de cigarros, trabalhando com elas e analisando melhor como aumentar sua eficácia.

A evidência indica que a política tributária não pode reduzir excessivamente a relação salário mínimo/preço do cigarro, pois se empurra a parte da população mais carente para o mercado ilegal. Mas a análise da evolução desta relação no Gráfico 4 mostra que a relação salário mínimo/preço está em níveis superiores aos vigentes na década de 90, quando as empresas aumentaram brutalmente os preços e passaram a exportar para o Paraguai, criando assim as condições para o surgimento do mercado ilegal no Brasil.